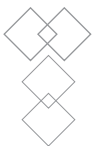


Lustosa, Isis Maria Cunha (2012), *Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará*, Tese Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia, 281 pp.

Esta resenha de autoria dos professores Stephen Baines e Paul Claval, é da tese de doutorado intitulada, *Os Povos Indígenas, o Turismo e o Território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará*, que foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil, em 03 de abril de 2012. O referido trabalho comparado foi orientado pela Professora Doutora Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*), do IESA/UFG. A tese em questão aborda o tema de povos indígenas e turismo no Nordeste brasileiro a partir de dois estudos de caso: os Tremembé que vivem na Terra Indígena Tremembé da Barra do Mundaú¹ (a cerca de 140 km da capital Fortaleza), Município de Itapipoca, no litoral oeste do Ceará e dos Jenipapo Kanindé da Terra Indígena Aldeia Lagoa Encantada (distante 50 km da mesma capital), Município de Aquiraz, no litoral leste desse estado. A costa litorânea cearense se estende por 573 km com a forma muito intrusiva de turismo de Sol e Praia, consolidado há quarenta anos, abrangendo quase toda esta zona costeira numa onda especulativa.

O trabalho é inovador por abordar povos indígenas e o turismo a partir da Geografia Humana e da Antropologia Social e por ser baseado em pesquisa de campo realizada ao longo de cinco anos com várias visitas às comunidades indígenas para realizar entrevistas. Há mais de vinte anos, as

¹ Antiga Terra Indígena Tremembé de São José e Buriti até o início de 2010.



comunidades Tremembé da Barra do Mundaú vêm sofrendo pressões de uma grande empresa transnacional, o megaprojeto *Nova Atlântida*, um dos maiores projetos de turismo empresarial de Sol e Praia do mundo, que visava dividir as comunidades para se apropriar do território indígena. Após muitos anos de luta por parte dos indígenas, o território reivindicado foi finalmente demarcado e homologado como a Terra Indígena Tremembé Barra do Mundaú de extensão de 3.562,00 hectares pelo Decreto 14.506 de 28 de abril de 2023. No caso dos Jenipapo-Kanindé, após uma longa luta contra a empresa transnacional *Aquiraz Resort*, a Terra Indígena Aldeia Lagoa Encantada foi declarada por Portaria 184 de 24 de fevereiro de 2011, entretanto a extensão de 1.731,00 hectares ainda não foi homologada. Os Jenipapo-Kanindé, por meio de um projeto de turismo comunitário na aldeia apoiado por parceiros da academia, do governo e do terceiro setor, se apropriaram do turismo que respeita o seu ambiente e a sua cultura como fonte de renda para a comunidade.

Na sua tese, Isis Lustosa, além de situar os povos Tremembé e Jenipapo-Kanindé dentro do contexto histórico do movimento indígena no Brasil, ressalta como, no caso dos Tremembé da Terra Indígena Barra do Mundaú, sua luta contra a instalação do megaprojeto transnacional de turismo Nova Atlântida, fortalecida após a inauguração da *Escola Diferenciada Indígena Brolhos da Terra* em 2012, resultou na homologação da Terra Indígena. E, no caso do povo Jenipapo-Kanindé, a autora da tese mostra como o turismo comunitário fortaleceu sua afirmação étnica. Nos dois casos, a tese defendida por Lustosa argumenta que o turismo se tornou um vetor da identidade indígena frente às transformações territoriais.

A tese abre com fotografias que incluem duas de uma placa da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) na entrada da Terra Indígena Lagoa Encantada do povo Jenipapo-Kanindé, a primeira fotografada no início da pesquisa mostrando a placa intacta, e a segunda foto mostrando a mesma placa depredada por balas, golpes de facas, que foi registrada em fase posterior da pesquisa de campo e, portanto, revela a hostilidade para com os indígenas. E isso, em um estado onde os indígenas foram declarados extintos por decreto desde a primeira metade do século XIX e, após décadas de viverem invisibilizados, com a consolidação do movimento político indígena em nível nacional e internacional, passaram a se reafirmar no Ceará como indígenas a partir da década de 1980, com rápido crescimento no número de povos nas décadas seguintes. Segundo o antropólogo Stephen Baines “os povos indígenas

[...] apresentam constantes reivindicações junto aos governos [...] para que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados” (2009, p. 20).

A tese se destaca por mostrar o caráter dinâmico do processo de reelaboração étnica desses povos indígenas e como a reelaboração étnica se desdobra no cotidiano, desfazendo visões populares sobre povos indígenas como estáticos e congelados em um passado imaginário. A própria riqueza da tese resulta do fato de que foi fundamentada em pesquisa de campo etnográfica realizada ao longo de vários anos, com repetidas visitas às comunidades indígenas e conversas com diversas lideranças, enfrentando o desafio de revelar as complexidades das realidades indígenas em situações de luta para conseguir a demarcação e homologação das suas terras. A tradição etnográfica da antropologia social mencionada pela autora se associa ao “método etnogeográfico” proposto por Claval (1999). Segundo o geógrafo Claval, este método permite “sair da lógica impessoal e objetiva do método científico habitual e explorar o universo mental dos homens.” (1999, p. 71). Esclarece este mesmo autor, em outra publicação, que a etnogeografia proporciona uma “reflexão sobre a diversidade dos sistemas de representação e de técnicas pelas quais os homens agem sobre o mundo e modelam o espaço à sua imagem e em função de seus valores e aspirações.” (Claval, 1997, p. 114). Ressalta a geógrafa Maria Geralda de Almeida, que o objeto de estudo da etnogeografia é a cultura vivida, “a etnogeografia busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo” (Almeida, 2008, p. 332).

Na Introdução, a autora esboça de forma clara a estrutura da sua tese. No Capítulo 1, apresentam-se estas populações costeiras do Ceará a partir do período em que começaram a se reidentificar e reafirmar como povos indígenas, após décadas invisibilizados e perseguidos pela população regional como ‘índios’, seguido por um levantamento sobre estudos da Antropologia Social e da Geografia Humana (ênfase para a abordagem cultural da geografia) relacionados a povos indígenas e o turismo tanto no Brasil como no exterior. O Capítulo 2 aborda projetos institucionais e/ou globalizantes e também as redes de turismo comunitário. A autora distingue entre o turismo maciço ou empresarial que visa desapropriar os territórios indígenas e o turismo comunitário em que os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais se apropriam do turismo como fonte de renda. Assim, a tese discute, também, a ação da Rede Cearense de Turismo Comunitário do Ceará (REDE TUCUM) na sua zona costeira. O Capítulo 3 apresenta um panorama

dos povos indígenas no Nordeste do Brasil e, especialmente, o caso do estado do Ceará, resgatando a história dos povos indígenas dessa região, respaldado por dados estatísticos. Observa-se como os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) são enviesados para reforçar a ideologia nacional de que os indígenas da região Nordeste foram assimilados. Questiona-se a pequena população que se reconhece como indígena no Brasil comparada com alguns outros países da América Latina onde a população indígena constitui uma maioria da população nacional ou uma proporção grande do total da população nacional, e o processo histórico no Nordeste do Brasil de escravizar os povos indígenas para tentar transformá-los em mão-de-obra nacional e invisibilizá-los como indígenas. O fenômeno de reelaboração étnica é revelado na referida tese como um processo incompleto e difícil de captar ao se tratar de populações altamente móveis – trabalhadores rurais que têm uma longa história de migração para as cidades do Nordeste e do Sudeste do Brasil.

O Capítulo 4, o mais importante da tese de Isis Lustosa, focaliza os Tremembé de São José e Buriti (Tremembé da Terra Indígena Barra do Mundaú) e os Jenipapo-Kanindé da Terra Indígena Aldeia Lagoa Encantada. Apesar de iniciativas por parte de representantes do megaprojeto turístico, Nova Atlântida, de cooptar alguns Tremembé, a maior parte da população da Barra do Mundaú resistia às investidas da empresa. Enquanto a empresa investia em um projeto em território indígena que visava gerar lucros, os indígenas estavam jogando com seu próprio destino e sobrevivência ao lutar para sua terra, luta em que se manifesta o processo de construção da sua identificação étnica. Este capítulo revela, também, as relações estreitas dos povos indígenas desta região com a sociedade nacional e que os Tremembé como todas as populações do litoral cearense, realizam trabalhos sazonais fora da Terra Indígena incluindo migração para as grandes cidades não só do Nordeste mas do Sudeste do Brasil. Na propaganda da empresa, da época, o Nova Atlântida se apresenta como um empreendimento com preocupações ambientais, apesar do seu projeto visar a transformação de todo o território em uma cidade turística com vinte e sete (hotéis e *resorts*) de luxo.

A tese conseguiu reunir muitos textos sobre indígenas do Ceará, sobretudo a respeito dos dois povos focalizados junto com material de pesquisa documental e de campo em situações muito complexas de reelaboração étnica. A tese se destaca por reforçar as reivindicações indígenas por meio de uma pesquisa

colaborativa realizada pela autora em diálogo com as lideranças indígenas, a maioria mulheres indígenas, destas duas Terras Indígenas.

A tese de Isis Lustosa se conclui em 2012, mas a autora antecipou-se no interesse em dar continuidade à sua pesquisa em decorrência da temática de “turismo em Terras Indígenas apresentar-se como um tema em ascensão teórica, bem como na prática” (Lustosa, 2012: 239). Nos desdobramentos a partir da sua tese, Lustosa acatou o convite da orientadora Almeida, após a defesa da tese, para que a pesquisa desse origem no Brasil ao “Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas (CTurTI)”. Esse evento tornou-se itinerante na América Latina, com edição pioneira em 2013 no IESA/UFG, tendo completado uma década em 2023, até o momento com edições no Brasil, no México e no Chile. O CTurTI permitiu que Lustosa cumprisse a sua “intenção de comparar esta pesquisa com outra vivência da América Latina” (2012: 239).

Referências bibliográficas

Almeida, Maria Geralda

(2008) Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. en Serpa, Ângelo (org.) *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* (pp. 313-338). Salvador, EDUFBA.

Baines, Stephen Grant

(2009) Os povos indígenas na América Latina e sua exclusão e inclusão: uma perspectiva antropológica. En Almeida, Maria Geralda de (org.) *Territorialidades na América Latina* (pp. 14-26). Goiânia, UFG, FUNAPE.

Claval, Paul

(1997) As abordagens da geografia cultural. En Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C. ; Corrêa, R. L. (orgs.), *Explorações Geográficas: percursos no fim do século* (pp. 89-117). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Claval, P.

(1999) Etnogeografias – Conclusão. En *Espaço e cultura* 7, Rio de Janeiro, pp. 69-74.

Stephen Grant Baines

Universidade de Brasília, Brasil

Paul Claval

Université de Paris-Sorbonne, Francia